



Índice

- 01** Projeto leva livros para crianças de comunidades ribeirinhas da Amazônia
- 02** Aprosoja apresenta demandas para deputado federal eleito
- 03** Movimento de Luta pela Terra repudia declarações de Kátia Abreu
- 04** "Tupy or not to be" estreia na Caixa Cultural Rio de Janeiro, nesta quinta-feira
- 05** Em RO, Justiça Rápida teve aumento de mais de 200% em atendimentos
- 06** União diz que recorrerá de decisão de comprar terra a guarany-kaiwá em MS
- 07** MPF investiga situação de moradias temporárias em Altamira
- 08** A colheita da Fibria
- 09** Ditadura e violação dos direitos dos povos indígenas do Brasil
- 10** MPF acusa Funai de emperrar demarcação de terra indígena
- 11** Projeto Jari - Vara Agrária de Santarém concede liminar em favor de extrativistas
- 12** Jovens ribeirinhos apresentam projetos sobre empreendedorismo
- 13** Denúncia leva à apreensão de madeira ilegal em serraria no Pará
- 14** Outro indígena é convocado para seleção de Tiro com Arco
- 15** Embarcações destinadas a indígenas recebem visita técnica da Seind
- 16** População indígena de MT aumenta quase 50% em uma década
- 17** Povos de MG elaboram propostas para a educação indígena no estado



- 18** SP cria pontuação diferenciada para minorias em concursos públicos
- 19** SP cria lei de igualdade racial para concursos públicos
- 20** MPF ajuíza ações para que terras quilombolas sejam demarcadas
- 21** Educação indígena é tema de reunião realizada na Secretaria de Estado de Educação
- 22** Carta Aberta do Povo Apinajé à sociedade
- 23** Santa Catarina: OAB vai ajudar a regularizar posse de terra de índios Guarani, em Palhoça
- 24** Plano Estadual para o Bem Viver dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul
- 25** Governo federal inicia compra de sementes de agricultores familiares
- 26** Boletim Mundo: Apinajé bloqueiam rodovia no TO pelo fim do desmatamento em área reivindicada como indígena
- 27** Empresa recorre após condenação por danos a pescadores de Guarani
- 28** Município não é obrigado a usar verba destinada à saúde indígena
- 29** Ministério da Saúde lança novo edital para o programa Mais Médicos
- 30** Campanha mobiliza indígenas de Roraima contra o consumo de álcool

Projeto leva livros para crianças de comunidades ribeirinhas da Amazônia

SÍTIO PORTAL EBC, 14.01.2015

Barca das Letras carrega livros e visita comunidades ribeirinhas, tentando desenvolver o hábito da leitura entre as crianças



Biblioteca itinerante infantil

Um barco diferente está circulando pelos rios brasileiros, principalmente nos rios da Amazônia.

Esse barco carrega livros e está visitando as comunidades ribeirinhas, tentando desenvolver o hábito da leitura entre as crianças.

O projeto teve início em 2008, no Amapá, na comunidade quilombola Conceição do Macacoari, à beira do Rio Macacoari.

O educador Jonas Banhos conversou conosco e explica direitinho como funciona o projeto Barca das Letras e como esse barco pode chegar até a sua comunidade.

Jonas explica que os livros são arrecadados em Brasília e todo mês são levados para as áreas escolhidas para incentivar a leitura das crianças.

Ouçá mais sobre esse projeto no programa Nossa Terra, que vai ao ar de segunda a sexta, às 17h (horário de Brasília), na Nacional da Amazônia e às 15h (horário local), na Nacional do Alto Solimões.

Produtor Katia Lins.



Boletim de Notícias - Edição nº 7/ 2015

Brasília, 15 de janeiro de 2015.

Aprosoja apresenta demandas para deputado federal eleito

SÍTIO A TRIBUNA MT, 14.01.2015



Adilton Sachetti reuniu lideranças do agronegócio para ouvir as demandas do setor e traçar propostas para seu mandato em Brasília

O deputado federal eleito Adilton Sachetti (PSB) reuniu lideranças do agronegócio anteontem (12), em um hotel de Cuiabá, para ouvir as demandas do setor e traçar propostas para seu mandato em Brasília. O presidente da Associação de Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja), Ricardo Tomczyk, levou os principais temas de trabalho para a melhoria da cadeia produtiva da soja e do milho. "É uma boa iniciativa, pois ouvindo os setores da sociedade, o deputado conseguirá bons resultados. Este diálogo é ótimo para que possamos extrair o máximo dessa relação", diz Tomczyk.

"Temos orgulho do agronegócio, pois movimenta a economia de Mato Grosso. Vamos trabalhar para que as demandas sejam atendidas", diz Sachetti. O deputado federal apresentou a missão e os valores de seu mandato.

O presidente da Aprosoja mostrou os principais temas de discussão: direito de propriedade, legislação trabalhista, defesa agropecuária, política agrícola e logística. Na questão do direito de propriedade, a preocupação recai sobre a demarcação de terras indígenas. O setor quer a aprovação da PEC 215, que transfere para o Congresso Nacional a responsabilidade por estas demarcações.

CONT.



A associação também entende que é necessária uma reforma na legislação trabalhista brasileira. "É preciso entender como funciona o trabalho no campo, sem tirar os direitos dos trabalhadores", explica Tomczyk. Dentro desta discussão, o presidente da Aprosoja também cita a terceirização do trabalho no campo e a definição do conceito de trabalho escravo. O e-social, projeto do governo federal que vai unificar o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados utilizando a internet. "É mais um exemplo do desconhecimento do trabalho no interior do Brasil. Em muitos municípios de Mato Grosso a internet funciona precariamente, imagine em fazendas afastadas", pontua Tomczyk.

Sobre a defesa agropecuária, a entidade listou a rotulagem de transgênicos, a classificação de grãos, o refúgio para tecnologia BT e a revisão dos processos para liberação de novas moléculas. Na política agrícola, estão incluídos temas como seguro agrícola e o preço mínimo do milho.

Na área ambiental, a preocupação é com a moratória da soja, que poderia ser transformada em lei nacional. E na logística, o pedido foi para que haja foco nos trabalhos para o escoamento de grãos para a região Norte do Brasil. "Precisamos finalizar a BR-163, dar também atenção à BR-242 para dar vazão à nossa safra", diz Tomczyk. O projeto de lei dos caminhoneiros e a fusão da ALL com a Rumo também foram pontuados.

Também participaram da reunião os representantes da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (FAMATO), da Associação de Criadores de Mato Grosso (Acrimat), Fundo de Apoio à Bovinocultura de Corte (Fabov).



Movimento de Luta pela Terra repudia declarações de Kátia Abreu

SÍTIO PLENÁRIO, 14.01.2015

O Movimento de Luta pela Terra (MLT) vem a público repudiar as declarações da nova ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), que, durante entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, mostrou desconhecer a realidade da divisão de terras no Brasil.

A entrevista foi concedida à jornalista Mônica Bergamo e publicada na manhã desta segunda-feira, 05, com título destacando uma afirmação da ministra que, na avaliação do MLT, é equivocada e mentirosa: 'Não existe mais latifundiário no Brasil, diz nova ministra da agricultura'.

Além de insultar os movimentos sociais de luta pela terra com esta declaração, Kátia Abreu continuou com o show de frases absurdas durante a entrevista. Em outro momento, questionada sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que tramita no Congresso Nacional e se aprovada passará a responsabilidade da demarcação de terras indígenas para o Congresso, a ministra afirmou que 'os índios saíram da floresta e passaram a descer nas áreas de produção'. Uma frase que demonstra a falta de sensibilidade em relação não só a situação dos povos indígenas, mas também sobre questões de desigualdades sociais do Brasil.

Desta forma, observando tais comentários e posicionamentos, acreditamos que a escolha da presidente Dilma Rousseff pelo nome de Kátia Abreu foi um erro grosseiro e de mau gosto. Não podemos admitir que a maior representante do agronegócio do país comande um Ministério de fundamental importância para o desenvolvimento do Brasil.

O abismo social causado pela concentração de terras sobre domínio de um pequeno grupo de ruralistas é um dos principais entraves para o desenvolvimento do homem do campo. Dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) reforçam a existência da alta concentração de terras nas mãos de poucos. A pesquisa mais recente do Instituto, realizada em 2010, demonstra que 55% das terras do Brasil pertencem a grandes propriedades. Deste total, cerca de 40% são terras improdutivas e apenas 15,8% são responsáveis pela produção da agroindústria.

Apesar de a presidente Dilma ter firmado o compromisso de mudar esta realidade durante os quatro anos de seu primeiro mandato (2001 – 2015), observamos que muito pouco foi feito. Mesmo com um mínimo avanço na Reforma Agrária no Brasil, o MLT se revestiu de esperança com a vitória, em 2014, de Dilma Rousseff, acreditando que um salto significativo seria alcançado no seu segundo governo, a partir do dia 01 de janeiro de 2015. Porém, a partir da indicação da ruralista, os militantes do MLT se mostraram extremamente resabiados.

CONT.



Toda a decepção por parte do nosso movimento – que há 21 anos luta para conquistar dignidade para os povos camponeses do Brasil – veio à tona a partir do pronunciamento oficial da nova ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, durante a entrevista. A pouca esperança que o MLT nutria foi totalmente aniquilado a partir das declarações da senadora.

Acreditamos que a postura do Governo Federal em não reconhecer a realidade do latifúndio no Brasil é uma forma de estagnar a luta pela terra e, como maior gravidade, iniciar um retrocesso que pode ter como consequência a perda de direitos e benefícios conquistados pelos assentados, agricultores familiares, homens e mulheres do campo.

Afirmamos, portanto, categoricamente, à sociedade brasileira, à ministra Kátia Abreu e à presidente Dilma Rousseff que o latifúndio não acabou, ao temo que consideramos que a declaração é uma inverdade que está revestida de intenções que não condizem com a realidade da luta pela terra no Brasil e nem com a representatividade de um Governo que se diz de progressista.

Desta forma, exigimos, por parte do Governo Federal, uma retratação oficial em relação às declarações da nova ministra.

Ascom: MLT – Movimento de Luta pela Terra.



"Tupy or not to be" estreia na Caixa Cultural Rio de Janeiro, nesta quinta-feira
SÍTIO JORNAL DO BRASIL, 14.01.2015

Projeto multimídia inclui montagem, documentário, oficina e participação do público.

Uma das mais importantes do estado de São Paulo, a Boa Companhia traz ao Rio um dos principais trabalhos de seu repertório para aterrissar na cidade. Trata-se do projeto Tupy or not to be: teatro, cinema e novas mídias, que vai ocupar a sala teatral e o cinema da Caixa Cultural a partir desta quinta-feira (15), com o espetáculo Cartas do Paraíso, dirigido por Verônica Fabriní, e o premiado documentário Corumbiara (2009) de Vicente Carelli, sobre o massacre dos índios da Gleba Corumbiara (RO), respectivamente. À cena ficcional e à cena documental somam-se uma oficina (para atores e estudantes de teatro) e o blog 'Do lado de lá do paraíso' que convida os interessados a colaborar com elementos poéticos ou documentais sobre o tema, desde comentários até fotografias e vídeos de livre criação. A temporada será de duas semanas, de quinta a domingo, até 25 de janeiro de 2015. Toda a programação é gratuita.

O eixo em torno do qual se estrutura a iniciativa é a questão indígena. "O projeto Tupy or not to be propõe uma reflexão crítica e poética sobre as questões indígenas, suas implicações em modelos de desenvolvimento, questões ambientais e direitos humanos", destaca a diretora Verônica Fabriní. A Boa Companhia atua desde 1992 e tem como proposta a pesquisa da linguagem cênica a partir do trabalho do ator. Com uma arrojada mistura de linguagens artísticas a companhia explora uma zona de fronteira onde se entrelaçam os limites do teatro, da dança, da música, do circo e do audiovisual. Ao longo de sua trajetória, encenou textos que vão de Shakespeare a Qorpo Santo, passando por Nelson Rodrigues e Samuel Beckett, além de adaptações de autores literários como Franz Kafka e Hilda Hilst, sempre buscando provocar uma reflexão sobre as relações humanas e suas consequências no mundo em que vivemos.

Cartas do Paraíso tem como principal fonte de material dramaturgico cartas escritas por jesuítas, exploradores e viajantes nos primeiros tempos desta Terra de Santa Cruz, Pindorama ou mítica Hi-Brasil, naquela que foi a "primeira aventura globalizante da humanidade". Os personagens são um cartógrafo, um padre, um degredado e um cômico, vividos pelos atores Alexandre Caetano, Eduardo Osorio, Gustavo Valezi e Moacir Ferraz. A direção musical, assinada por Silas Oliveira, tem presença fundamental na narrativa que acontece num cenário quase vazio que conta com imagens exibidas num telão vez por outra. "Apoiados em pesquisas bibliográficas, iconográficas e sonoras, procuramos construir uma encenação a partir dessas informações, mas que não buscasse uma reconstrução histórica. Atravessamos o movimento modernista (bradando 'tupi or not tupu'), o tropicalismo (aqui é o fim do mundo, de Torquato Neto) até desembocarmos na complexidade atual da crise ambiental, da crise ética, neste cenário pré-apocalíptico de um mundo globalizado e bárbaro", completa a diretora.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 7/ 2015

Brasília, 15 de janeiro de 2015.

No cinema, o premiado documentário Corumbiara, de Vicente Carelli, acompanha o indigenista Marcelo Santos em sua denúncia do massacre dos índios da Gleba Corumbiara (RO), e Vicente Carelli filma o que resta das evidências do que ocorreu em 1985. O filme tem 117 min.

Em RO, Justiça Rápida teve aumento de mais de 200% em atendimentos

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 14.01.2015

*Tribunal de Justiça de Rondônia divulgou balanço nesta terça-feira, 13.
Além das audiências também foram realizados casamentos coletivos.*



Foram registradas 17 audiências feitas com ribeirinhos de Porto Velho, em 2014
(Foto: Ascom/TJRO)

O Tribunal de Justiça de Rondônia divulgou nesta terça-feira (13), o balanço da Operação Justiça Rápida realizada com os ribeirinhos de Porto Velho, em 2014. Foi constatado que houve um aumento de mais de 200% da demanda devido a cheia histórica do Rio Madeira. Dados revelam que na megaoperação realizada em 2013, houveram 137 audiências no barco da justiça, e em 2014, foram registradas 417 audiências, somando um aumento de 204%. O crescimento do atendimento ocorreu também em outras localidades, porém com índices mais baixos.

Em Extrema, onde foram registradas 342 audiências na primeira etapa da operação em 2013, foram realizadas 471 em 2014, aumento de 39% da demanda. Em Itapuã do Oeste, foram 161, em 2013 e 171 audiências em 2014, aumento de apenas 6%. Já na localidade de Joana d'Arc a procura foi baixa em 2013, apenas 15 audiências, por isso nem houve operação em 2014.

Além das audiências também foram realizados, nesta última operação, casamentos coletivos, uma chance para a população ribeirinha oficializar uniões.



União diz que recorrerá de decisão de comprar terra a guarany-kaiwá em MS

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 14.01.2015

*Prazo para compra de terras é 90 dias, segundo decisão da Justiça Federal.
MJ diz que AGU está adotando medidas para recurso adequado.*

Gabriela Pavão
Do G1 MS

O Ministério da Justiça (MJ) deve recorrer da decisão da Justiça Federal em Mato Grosso do Sul, que obriga a União a adquirir 30 hectares de terra para assentar indígenas da etnia guarany-kaiwá em Dourados, cidade a 214 quilômetros de Campo Grande.

A assessoria de comunicação do MJ informou ao G1 que a Advocacia-Geral da União (AGU) em Mato Grosso do Sul está adotando as medidas necessárias para apresentar o recurso adequado.

Ainda conforme a assessoria do órgão, a União, por meio da unidade da AGU em Mato Grosso do Sul, foi intimada no dia 22 de dezembro de 2014, mas, por conta dos trâmites burocráticos, a decisão foi encaminhada ao Gabinete do Ministro da Justiça na terça-feira (13).

O pedido da compra de terras foi feito pelo Ministério Público Federal (MPF), conforme divulgado pelo órgão na última segunda-feira (12). Segundo a decisão, do dia 18 de dezembro, o governo federal terá prazo de três meses para transferir a comunidade Curral do Arame para um novo local. Em caso de descumprimento, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, poderá ser processado por crime de responsabilidade.

Histórico

Os indígenas vivem às margens da BR-463, em Dourados. O MPF constatou que vivem em condições degradantes, com risco iminente de morte. Oito membros da comunidade já morreram atropelados na rodovia. A situação se arrasta há 12 anos, segundo o órgão.

A área reivindicada pelos guarany-kaiwá está regida sob um termo de ajustamento de conduta (TAC) assinado em 2007 pelo MPF e a Fundação Nacional do Índio (Funai), para a demarcação das terras ocupadas tradicionalmente pelos índios.

Ainda conforme o Ministério Público, um estudo antropológico apontou que os indígenas foram expulsos de suas terras tradicionais devido à expansão da pecuária e agricultura. A comunidade resistiu e continuou vivendo na região.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 7/ 2015

Brasília, 15 de janeiro de 2015.

Após a morte do proprietário das terras, em 1999, os guarany-kaiwá foram para as margens da BR-463, próximo à área que reivindicam. Segundo o MPF, o acampamento de barracos improvisados já sofreu com incêndios, o mais recente em 2013.



MPF investiga situação de moradias temporárias em Altamira

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 14.01.2015

*Procuradoria investiga se casas temporárias serão prejudicadas por obra.
Próxima reunião, marcada para dia 21, deve criar ouvidoria.*

O Ministério Público Federal abriu uma investigação para apurar a situação de ribeirinhos, pescadores e índios que usam moradias temporárias na periferia de Altamira, sudeste do Pará, e que não devem ser contemplados pelo programa de assentamento promovido pela Norte Energia, empresa responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte no município vizinho de Vitória do Xingu. Segundo a procuradoria, as moradias temporárias atendem pessoas que vivem na zona rural do município, mas que precisam de casas de apoio perto da sede para realizarem tratamentos de saúde, por exemplo.

O anúncio foi feito em uma reunião realizada após manifestantes desbloquearem a rodovia Transamazônica nesta terça-feira (13), após 3 dias de interdição parcial da via. Esta foi a primeira reunião da Câmara de Conciliação, um órgão criado em novembro de 2014 após comunidades que seriam afetadas pela construção da hidrelétrica denunciarem falhas no processo de assentamento de aproximadamente 9 mil famílias, sendo 600 indígenas que vivem na cidade.

A Norte Energia foi procurada pelo G1 sobre a situação dos assentamentos referente a moradias temporárias. De acordo com a empresa, o Projeto Básico Ambiental (PBA) da Usina Hidrelétrica Belo Monte não contempla duplo benefício e tampouco faz referência à moradia sazonal. Segundo os critérios aprovados pelo Ibama, não existe a possibilidade de uma mesma pessoa receber indenização pelo imóvel e, ao mesmo tempo, carta de crédito ou outro benefício.

Alternativa

Segundo o MPF, a Câmara deve funcionar como uma ponte para negociação dos assentamentos, já que os atingidos não tinham acompanhamento jurídico nas negociações com a Norte Energia. "A reunião teve por objetivo dar transparência ao processo de criação deste espaço interinstitucional de diálogo e garantir a participação de todos os envolvidos", disse a procuradora da República de Altamira, Thais Santi.

Uma nova reunião foi marcada para o dia 21 de janeiro, para que seja criada uma ouvidoria que atenda aos atingidos pela obra. Até o próximo dia 20 de janeiro, o MPF vai receber, por e-mail, sugestões da sociedade civil sobre o funcionamento da Câmara de Conciliação.

"É urgente o início das atividades. Na audiência pública (de novembro de 2014), diante

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 7/ 2015

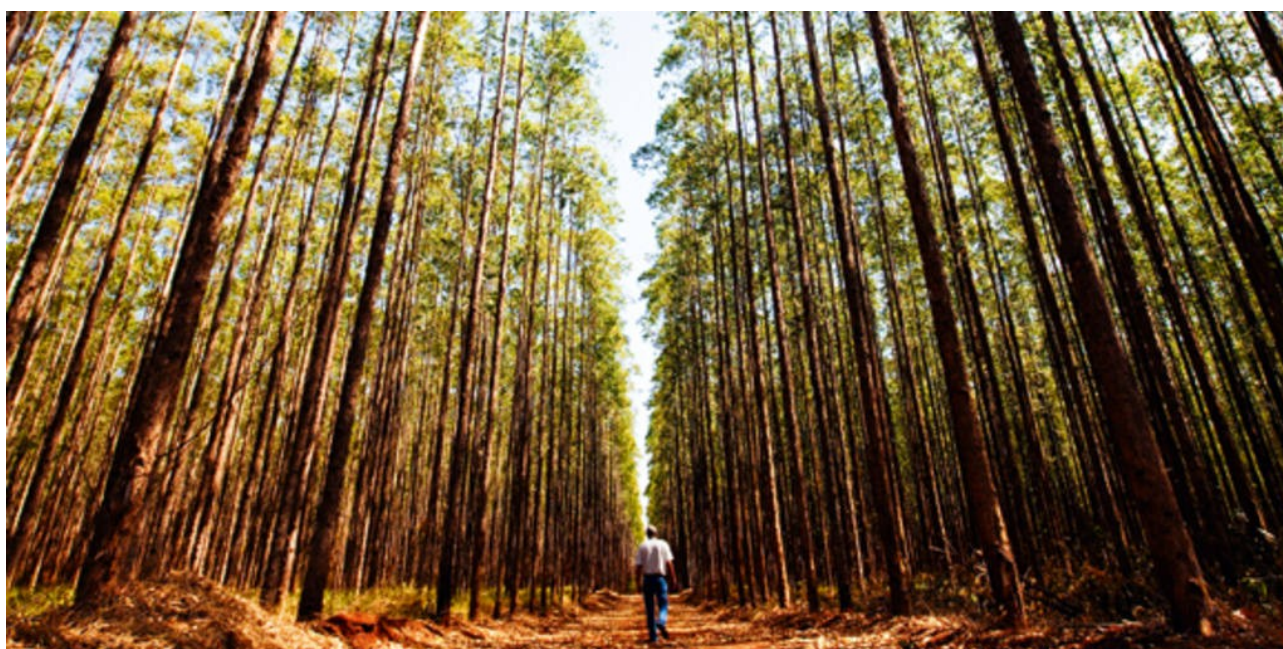
Brasília, 15 de janeiro de 2015.

daqueles inúmeros impasses foi obtido consenso sobre a necessidade de levar esses casos a um espaço interinstitucional de diálogo", recorda Thais Santi. "Nesta primeira reunião, a opção pelo diálogo foi reafirmada por todos os presentes, restando apenas a definição de como será a composição e como se dará o funcionamento da Câmara", explica.

A colheita da Fibria

SÍTIO ISTO É DINHEIRO, 14.01.2015

Como a empresa transformou conflitos com sem-terra, indígenas e quilombolas em uma alavanca para crescer e melhorar seu desempenho



Nova fase: das florestas de eucalipto da Fibria sai parte do mel consumido em São Paulo. O produto é fornecido, também, para programas de merenda escolar (foto: Danilo Verpa/Folhapress)

Quando foi criada, em setembro de 2009, como resultado da fusão da Votorantim Papel e Celulose (VCP), da Aracruz e de metade da Veracel, a Fibria deixou no ar uma série de dúvidas. A primeira delas levava em conta sua saúde financeira. Afinal, a maior empresa de celulose do planeta nascia vergada sob um megapassivo de R\$ 13 bilhões. Pelo lado da cultura corporativa, também havia dúvidas em relação à capacidade do clã Ermírio de Moraes em impor de forma tranquila suas políticas baseadas na meritocracia e na busca por resultados.

De certa forma, esses dois componentes até que foram relativamente fáceis de equacionar, graças a um receituário amargo de contenção de gastos e busca por produtividade. Hoje, a Fibria é uma empresa lucrativa e com receita anual de R\$ 7,1 bilhões. Conseguiu isso em meio ao aumento da concorrência, especialmente a partir de 2012, com a entrada em cena da Eldorado Celulose, do Grupo J&F, a holding que comanda a JBS, a Seara e a Vigor. Tão

CONT.



hercúlea quanto contentar os acionistas, o mercado e se mostrar competitiva foi a tarefa de zerar os passivos sociais herdados da Aracruz.

"Tínhamos um histórico de conflitos com indígenas, sem-terra e populações quilombolas", afirma Carlos Alberto Roxo, diretor de sustentabilidade e de relações corporativas da Fibria. "Mais que prejuízos financeiros, a postura de enfrentamento adotada nos tempos da Aracruz estava gerando desgastes de imagem para a companhia." Para pacificar sua relação com esse grupo de stakeholders, a empresa optou pelo diálogo e pelas parcerias. Primeiro foi feito um amplo diagnóstico de todos os passivos sociais associados à empresa. Esse trabalho ficou a cargo de consultorias e ONGs incumbidas de identificar as necessidades de cada comunidade e propor soluções conjuntas.

Na sequência, a empresa começou a colocar em prática projetos destinados ao fortalecimento da economia local. Resultado: passados cinco anos, o que era uma fonte de problemas se transformou em mais um aprendizado e também em lições de gestão que a empresa vem dividindo pelo mundo afora. "Já fomos convidados para fazer palestras na África do Sul sobre esse tema", diz Roxo. Uma postura bastante diferente da época na qual a Aracruz era alvo constante de roubos de madeira utilizada para produção de carvão ilegal. Uma prática que chegou a representar perdas de até um mês de produção anual da Aracruz.

Mas o que essa política de sustentabilidade trouxe de concreto para a Fibria? De acordo com Roxo, reduzir passivos ambientais e também comunitários tem tudo a ver com o negócio em si. "Não existe empresa rica em meio a uma situação de pobreza." Nesse contexto, em uma economia cada vez mais globalizada, tudo que acontece dentro de uma cadeia produtiva pode afetar o desempenho dos negócios. A Fibria, não por acaso, foi a vencedora do prêmio Gestão de Cadeia Produtiva no anuário AS MELHORES DA DINHEIRO RURAL 2014, publicado pela Editora Três. Para colocar de pé os projetos comunitários a empresa gastou R\$ 30 milhões apenas em 2014.

O montante inclui projetos de qualificação profissional, geração de renda e também o apoio à agricultura local. Para uma empresa que tem na extensão territorial um de seus principais ativos, a Fibria foi além do óbvio e liberou uma área equivalente a três linhas de eucalipto para a produção de pequenos agricultores. A medida só foi possível graças ao aumento da produtividade da celulose e ao desejo de se mostrar parceira das comunidades. "Todas essas ações foram adotadas após um longo processo de estudo, pois não podíamos colocar em risco a rentabilidade da empresa", destaca o diretor da fabricante de celulose.



Boletim de Notícias - Edição nº 7/ 2015

Brasília, 15 de janeiro de 2015.

Ditadura e violação dos direitos dos povos indígenas do Brasil

SÍTIO PORTAL EBC, 14.01.2015

Diretor do Grupo Tortura Nunca Mais faz um balanço do relatório da Comissão Nacional da Verdade

O Amazônia Brasileira desta quinta-feira (15) recebe Marcelo Zelic, Diretor do Grupo Tortura Nunca Mais. Ele faz um balanço do resultado da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em particular no que diz respeito à violação dos direitos dos povos indígenas do Brasil que foram afetados diretamente, e em todo o país, pelas consequências da ditadura no país.

Ele acaba de retornar de uma viagem ao território do povo Tupinambá, na Bahia, que sofreu diversos ataques dos sucessivos governos militares, inclusive de uma política local que seguia os mesmos padrões do Governo Federal da época.

O Grupo Tortura Nunca Mais tem questionado, ao lado de outras organizações de defesa dos direitos humanos, o resultado do relatório sobre os povos indígenas, que teria sido muito incipiente para o número e a gravidade dos casos de violência sofridos por todos os povos àquela época. Houve prisão, tortura, desterro, e há casos em que os índios chegaram a ser atacados por bombas de napalm em suas aldeias.

Algumas consequências dessas violações são sentidas até hoje, como no caso dos Waimiri Atroari, que foram atacados pelo exército brasileiro por via aérea, para que saíssem do território onde foi construída, para o transporte de minérios, a BR 174, motivo de conflito entre esse povo e a população local até os dias atuais.

Os grupos de defesa dos direitos humanos querem também saber da compensação que cabe a esses povos e que providências serão tomadas nesse sentido. Ele nos conta como estão as discussões em relação a isso, e relata as consequências gerais do relatório da CNV.

O programa vai ao ar de segunda a sexta-feira a partir das 08h na Rádio Nacional da Amazônia, em rede com a Rádio Nacional do Alto Solimões, onde é transmitido ao vivo às 05h. A produção e a apresentação são de Beth Begonha.

[Escute o áudio.](#)

Produtor: Beth Begonha.

MPF acusa Funai de emperrar demarcação de terra indígena

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 14.01.2015

Ministério Público anunciou que estuda providências a serem tomadas sobre a demora



Acordo com CESP garantiu pequena área para indígenas
(Foto: Ascom/MPF-MS)

O Ministério Público Federal (MPF) em Três Lagoas (MS) acusou a Fundação Nacional do Índio (Funai) de emperrar a demarcação da terra indígena Ofayé-Xavante, que fica no município de Brasilândia (MS), há 22 anos, e anunciou que estuda as medidas que serão adotadas em relação à demora, segundo nota divulgada nesta quarta-feira (14). no site oficial do órgão.

A área de 1.937 hectares foi reconhecida como indígena pela Portaria n.º 264/92 do Ministério da Justiça. A colocação de marcos físicos nas divisas da terra, a última etapa antes da homologação da demarcação pela presidente da República, Dilma Rousseff, ainda não foi cumprida pela Funai. Há 22 anos a comunidade aguarda para exercer seu direito.

Em agosto passado, o MPF expediu recomendação à Funai para que finalizasse o procedimento demarcatório. No entanto, segundo a nota, a Fundação solicitou, por duas vezes, extensão do prazo inicial de 30 dias, no que foi atendida.

Ainda de acordo com o MPF, a Funai informou que a demarcação física estaria prevista para o biênio 2014/2015, mas não teria apresentado qualquer documento que comprovasse a afirmação. Para o Ministério Público Federal, "a lentidão expõe os índios à insegurança jurídica e toda sorte de dificuldades decorrentes da não demarcação da área".

CONT.



As ações judiciais que contestavam a demarcação da área ofayé-xavante já foram todas julgadas. O último recurso foi rejeitado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), que reconheceu a tradicionalidade da ocupação indígena em 2009. “Não há, portanto, nenhum impedimento legal ou judicial para a continuação do procedimento administrativo de demarcação”, destaca o MPF.

Em 1997, a Companhia Energética de São Paulo (CESP), anunciou a construção da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta, no Rio Paraná, que iria inundar a aldeia dos ofayé. A CESP e a Funai celebraram acordo para transferir os indígenas para uma área de 484 hectares, que hoje é a parte alta da aldeia. Alguns anos mais tarde, em 2002, o MPF firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a CESP, em que a empresa se comprometia a oferecer uma contrapartida pela inundação da terra indígena. Com os recursos, uma outra área foi adquirida, tornando-se a parte baixa da aldeia.



Projeto Jari - Vara Agrária de Santarém concede liminar em favor de extrativistas

SÍTIO BLOG ROGÉRIO ALMEIDA, 15.01.2015

Vara Agrária de Santarém concede parecer favorável em defesa de território de extrativistas contra a Jari Florestal.

Liminar da Vara Agrária de Santarém proíbe a Jari Florestal de extrair madeira de lei do território da comunidade de Repartimento dos Pilões, do distrito de Monte Dourado, no município de Almeirim, oeste do Pará.

A sentença em favor da ação em defesa do território de extrativistas da Comunidade de Repartimento dos Pilões foi assinada pelo Juiz André Luiz Filo-Creão G. da Fonseca, e publicada no dia 13 deste mês do processo de número 0000205-84.2015.8.14.00.

A medida foi tomada por temer um conflito entre as partes envolvidas. Assim a empresa Jari Florestal está impedida em explorar os recursos da comunidade. Agora resta decidir sobre o destino que será dado a madeira que já foi extraída.

Projeto Jari

O multimilionário Daniel Ludwig iniciou o projeto no ápice do regime de ditadura civil militar, no ano de 1968 na fronteira do estado do Pará com o Amapá. Desde então passou por vários controladores, como o Grupo Orsa, que reúne vários empresários.

Desde o ano passado a Jari Florestal retira de forma ilegal madeira de lei da área dos extrativistas, entre elas castanha, angelim, cumaru, andiroba, copaíba.

Na madrugada do dia 23 para o dia 24 parte das famílias decidiu em resistir ao abuso da empresa e realizaram um Empate para a defesa de seu território e recursos.

O Empate surgiu no estado do Acre na década de 1970, tendo como um de seus expoentes Chico Mendes. Trata-se de uma ação pacífica de resistência das populações locais contra grandes empreendimentos.

Inúmeros relatos de camponeses atestam que a empresa comete abuso e coerção contra as populações. Aqueles que a empresa não consegue são tratados com adversários e sofrem todo tipo de assédio.

Existem relatos de famílias que tiveram casas e lavouras destruídas pelos seguranças e peões da empresa.



Boletim de Notícias - Edição nº 7/ 2015

Brasília, 15 de janeiro de 2015.

Jovens ribeirinhos apresentam projetos sobre empreendedorismo

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 15.01.2015

Melhores ideias vão receber apoio financeiro.

Curso para jovens empreendedores é realizado pelo Projeto Saúde e Alegria.

Do G1 Santarém

Os alunos do curso Jovens Empreendedores do Tapajós, realizado pelo Projeto Saúde e Alegria, em Santarém, oeste do Pará, apresentam nesta sexta-feira (16) projetos de negócios sociais a uma banca composta por especialistas. A apresentação é resultado de seis meses de curso em que jovens moradores das comunidades que compõem a Reserva Extrativista Tapajós/Arapiuns tiveram aulas em gestão de negócios sociais, aplicativos móveis, noções de publicidade, ferramentas tecnológicas, dentre outras questões ligadas ao empreendedorismo.

As melhores ideias expostas irão receber apoio financeiro de um fundo chamado Semente. Serão selecionadas quatro propostas que deverão atender aos seguintes critérios: Inovação, Impacto Social e Viabilidade Econômica.

O curso busca incentivar o jovem a ter olhar empreendedor para a comunidade onde vive, ensinando a buscar soluções, ideias e propostas aos problemas do local, a partir do conceito de negócios sociais, que são iniciativas financeiramente sustentáveis, geridas por pequenos negócios, com viés econômico e caráter social ou ambiental.

Para 2015, o curso abre oportunidades a jovens quer tenham entre 17 e 29 anos e morem em Santarém, mas que tenham origem ribeirinha. O período de seleção está aberto. O curso deve durar seis meses, divididos em dez módulos com carga horária de 20h semanais, de quinta à sexta-feira, de 8h às 12h, e aos sábados de 9h às 12h.

A sede do Projeto Saúde e Alegria fica na Avenida Mendonça Furtado, bairro Liberdade.



Denúncia leva à apreensão de madeira ilegal em serraria no Pará

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 15.01.2015

*Madeira teria sido extraída de área da reserva indígena Alto Rio Guamá.
Proprietário foi multado em R\$ 420 mil.*

Do G1 PA

Denúncias levaram à apreensão de cerca de 1300 metros cúbicos de madeira ilegal em uma serraria de Paragominas, no nordeste do Pará, no último fim de semana. Equipes da Polícia Federal e representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente atuaram no trabalho de fiscalização que resultou ainda na apreensão de um caminhão.

“A operação continua até o final desta semana e será intensificada durante todo o ano, já que temos o apoio da PF”, disse o secretário Felipe Zagalo. Ele afirma que há indícios de que a madeira pertença à reserva indígena Alto Rio Guamá, área não acessada pela fiscalização por se tratar de terra indígena.

Diante da constatação de crime ambiental, o material apreendido foi encaminhado à delegacia de Polícia Civil de Paragominas, ficando à disposição do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O proprietário do espaço foi multado em R\$ 420 mil.

Localizada nos municípios da região de integração rio Capim, que compreende as cidades de Capitão Poço, Nova Esperança do Piriá e Paragominas, a área é parte do território do povo indígena Tenetehar, que habitou extensas áreas entre os estados do Pará e Maranhão. Protegidas pela União, essas áreas também são consideradas um dos últimos fragmentos de floresta primária do Centro de Endemismo Belém (CEB), refúgio da maioria das espécies ameaçadas de extinção no Pará.

Outro indígena é convocado para seleção de Tiro com Arco

SÍTIO PORTAL EBC, 15.01.2015

O amazonense Nelson Moraes, da etnia Kambeba, se junta a Dream Braga, primeiro índio a integrar a equipe



Jovens indígenas do Amazonas participam do 7º Campeonato Brasileiro Infantil, Cadete, Juvenil de Tiro com Arco 2014 Tânia Rêgo/Agência Brasil

Mais um atleta amazonense foi convocado para a seleção brasileira de Tiro com Arco. Nelson Moraes, de 14 anos, é da etnia Kambeba e pratica o esporte há apenas um ano. O jovem vai treinar em Maricá, no Rio de Janeiro, onde está Dream Braga, primeiro índio a integrar a equipe da seleção brasileira da modalidade.

No próximo dia 30 de janeiro, os dois vão participar da seletiva nacional que vai definir os atletas participantes do Pré-Pan, em São Domingos, na República Dominicana. Aqueles que alcançarem índice vão disputar vaga para o Pan Americano 2015, em Toronto no Canadá.



Embarcações destinadas a indígenas recebem visita técnica da Seind
SÍTIO PORTOS E NAVIOS, 15.01.2015

Manaus – Dez embarcações que serão entregues a indígenas, que encontram-se em um estaleiro localizado no Lago do Cacau Pirêra (distrito situado na zona rural de Iranduba, a 25 quilômetros da capital), receberam visita técnica pela Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind). Nos próximos dias, um dos barcos em etapa de finalização será vistoriado pela Caixa Econômica Federal, para ser encaminhado às comunidades.

Os bens têm como destino, os municípios de Barcelos e São Gabriel da Cachoeira (a 858 quilômetros de Manaus). Todos estarão equipados com motores que variam de 50 a 114 cavalos e serão utilizados no transporte dos produtos que fazem parte do dia a dia dos indígenas.

A ação faz parte do programa Território da Cidadania Indígena do Rio Negro, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e é executada em parceria com o Governo do Amazonas, com o objetivo de fortalecer as cadeias produtivas do pescado, do extrativismo, além da comercialização de produtos indígenas e de povos tradicionais da localidade.

Somada às embarcações, o projeto prevê a entrega de outros bens, entre os quais ônibus, retroescavadeira e uma caminhoneta do tipo pick-up, que já começaram a ser entregues à Seind.

“A visita ao estaleiro faz parte do acompanhamento do projeto, que deve ser finalizado até junho deste ano”, informou o secretário da Seind, Bonifácio José Baniwa, que coordenou a ida dos técnicos ao estaleiro.

Benefício

Aproximadamente 74 mil pessoas serão beneficiadas com as novas ações, entre os quais três mil agricultores familiares, sendo 54 famílias assentadas e 12 terras indígenas, dos povos Tukano, Baniwa, Baré e Piratapuya.

O programa também visa apoiar a dinamização econômica, melhorar a qualidade da alimentação e investir na gestão social das populações envolvidas.

Em São Gabriel da Cachoeira, o projeto beneficia as comunidades Cabari, Fonte Boa, São Jorge, Santo Antônio, Assentamento Theotônio Ferreira, entre outros. Em Santa Isabel, os benefícios chegam a Campina do Rio Preto, Ilha do Chile, além de diversas famílias espalhadas pelo município. O mesmo ocorre em Barcelos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 7/ 2015

Brasília, 15 de janeiro de 2015.

Um projeto finalizado

A Seind é executora (proponente) de cinco projetos no Território da Cidadania, quatro no rio Negro e um no rio Madeira, que foi finalizado em setembro de 2013 e beneficiou pouco mais de 5 mil agricultores familiares indígenas e não-indígenas, sendo 11 mil famílias assentadas e 22 terras indígenas, dos municípios de Manicoré e Novo Aripuanã.

Fonte:portal@d24am.com

População indígena de MT aumenta quase 50% em uma década

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 15.01.2015

Dados fazem parte de tese de mestrado sobre povos indígenas.
Pesquisa aponta ainda queda no número de índios vivendo na zona urbana.

Pollyana Araújo
Do G1 MT



Estudo aponta aumento de índios em Mato Grosso (Foto: Ednilson Aguiar/ Secom-MT)

Após redução até a década de 70, a população indígena voltou a crescer em Mato Grosso e, em uma década - de 2000 a 2010, aumentou 48%. Os dados fazem parte de um estudo feito pela pesquisadora Lauren Logsdon para a conclusão de mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). No início da década passada, 29.196 índios viviam em Mato Grosso e, 10 anos depois, esse número aumentou para 43.226.

Em 2010, os indígenas das 48 etnias existentes no estado representavam 1,16% da população e, atualmente, 3,98%, de acordo com a pesquisa. Além disso, os índios mato-grossenses correspondem a 5,26% da população indígena brasileira.

CONT.



As terras indígenas mais populosas são a Pareci, em Tangará da Serra, a 242 km de Cuiabá, com 838 moradores, e o Parque do Xingu, na região nordeste do estado, que conta com 4812 habitantes em 9 municípios. A terceira com maior população é a terra indígena Parabubure com 3819 indivíduos distribuídos nos municípios de Campinápolis e Nova Xavantina, de acordo com dados do Instituto Socioambiental (ISA).

Nos 10 anos pesquisados, Barra do Garças, Brasnorte, Canarana, General Carneiro, Juara e Peixoto de Azevedo apresentaram os maiores índices de natalidade. Segundo a pesquisa, Cuiabá foi o único município que teve diminuição da população indígena. Contudo, a queda foi inferior a 1%, que corresponde a redução de 80 pessoas.

Volta ao campo

A pesquisa apontou ainda que houve redução no número de índios vivendo nas áreas urbanas de Mato Grosso. Em 2000, 74,83% da população morava na zona rural e, 10 anos depois, esse percentual passou para 83,96%. "As pirâmides etárias dos indígenas para os anos estudados apresentaram população bastante jovem, com base larga que se estreita conforme aumenta a idade", diz a pesquisa.

O município com maior crescimento populacional foi Peixoto de Azevedo, que apresentou uma taxa de crescimento populacional, de 12,76% ao ano, e Cuiabá, a menor taxa.

Na área urbana, o município que mais apresentou crescimento no número de índios foi Canarana, a 838 km da capital. Aumentou em 16,56% a cada ano a quantidade de índios vivendo na zona urbana desse município.

Maioria homens

Apesar de ter nascido mais mulheres, os homens ainda continuam sendo maioria nas comunidades indígenas. Em 2000, eram 106,2 homens para cada 100 mulheres e, em 2010, caiu para 101,47 para o mesmo grupo de mulheres. Já na zona urbana há mais mulheres. São 90,67 homens para cada 100 mulheres.

Pesquisa

A intenção da pesquisadora era reunir dados quantitativos sobre os índios do estado. Ela argumenta que os povos têm características específicas que precisam ser estudadas e desvendadas. "Além de dados qualitativos, que vêm de longa data sendo estudados por antropólogos, é necessária a obtenção de dados quantitativos, de interesse da demografia, para identificar as necessidades específicas desta população. Desta maneira, a necessidade das informações quantitativas é crescente", pontuou.



Povos de MG elaboram propostas para a educação indígena no estado

SÍTIO CIMI, 15.01.2015

O I Seminário Estadual de Educação Indígena Xakriabá aconteceu entre os dias 7 e 9 de janeiro, na Aldeia Brejo Mata Fome, município de São João das Missões, no norte de Minas Gerais. A principal discussão do encontro, que reuniu os povos indígenas do estado, foi sobre a necessidade do reconhecimento das categorias 'escola indígena' e 'professor indígena'.

As lideranças e comunidades demonstraram descontentamento com a maneira que o governo estadual tem conduzido as suas ações na área. "Os professores e as escolas indígenas não são reconhecidos como categoria, o que gera uma série de prejuízos, tanto aos profissionais quanto às comunidades, que não são respeitadas na sua forma de ser, tendo que aprender conteúdos padronizados que não atendem às necessidades específicas de cada povo", explica o secretário municipal de Educação, Fernando Xakriabá.

A publicação, em novembro de 2014, de um edital que não contemplou a categoria 'escola indígena' na realização de concurso público para professores lecionarem nas aldeias, aumentou a insatisfação entre os povos indígenas. De acordo com as lideranças, o certame, ao ignorar a existência da categoria, violou leis estaduais e a própria Constituição Federal.

O povo Xakriabá tem reagido às imposições do governo e da Secretaria Estadual de Educação, convocando os povos indígenas de Minas Gerais e articulando mobilizações internas. Um Seminário Municipal de Educação Indígena foi realizado em janeiro de 2014 e em fevereiro, por definição da Assembléia dos Professores Indígenas Xakriabá, de caciques, lideranças e comunidades, houve uma paralisação das atividades de educação por conta de uma resolução imposta pelo estado (2.442/2013) que reduzia drasticamente o quadro de servidores indígenas e apresentava outras proposições negativas, ferindo a organização interna do povo e prejudicando o funcionamento das 32 escolas indígenas do povo Xakriabá.

Este ano, nas discussões que permearam todo o seminário, foram avaliadas as dificuldades recorrentes em função de constantes resoluções estabelecidas pela Secretaria de Estado de Educação, que não consideram a forma de organização dos povos indígenas, desrespeitando a autonomia e dificultando o acesso dos indígenas ao controle social desta política pública.

As discussões determinaram a criação da Organização da Educação Indígena Xakriabá (OEIX), que cumprirá o papel de discutir e encaminhar ações juntamente com caciques, lideranças, comunidades e pais de alunos. Uma diretoria provisória foi definida e terá o papel de dialogar com o estado de Minas Gerais ações emergenciais, a exemplo da criação das categorias 'escola indígena' e 'professor indígena', assim como um plano de carreira dos professores indígenas. A OEIX definiu uma gestão que tenha por objetivo o funcionamento incluindo coordenações que assumam as discussões temáticas diretamente articuladas com a realidade do povo

CONT.



Xakriabá, são elas: Organização das escolas; A educação indígena e seus desdobramentos; Comunicação; Pesquisa e Diretorias temáticas de cultura.

Nesta terça-feira (13) durante audiência entre a secretária Estadual de Educação e os povos indígenas de Minas Gerais, foram apresentadas as reivindicações determinadas pelo seminário e a imediata suspensão do concurso para professores indígenas.

“Conseguimos fazer uma conversa que não fazíamos há mais de dez anos, porque nunca éramos recebidos. A secretária recebeu as propostas e comprometeu-se a manter o diálogo e respeitar as necessidades dos povos indígenas. Disse que vai encaminhar junto à sua assessoria jurídica o pedido de anulação do edital. Esperamos que esse diálogo seja mesmo constante, para que possamos preencher a lacuna na educação escolar indígena no nosso estado”, diz Francisco Xakriabá.



SP cria pontuação diferenciada para minorias em concursos públicos

SÍTIO DIÁRIO DO GRANDE ABC, 15.01.2015

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) sancionou nesta quinta-feira, 15, o Projeto de Lei que institui o sistema de pontuação diferenciada para negros, pardos e indígenas em concursos do governo do Estado. Alckmin disse esperar que a lei seja regulamentada em 90 dias.

Com a nova regra, os candidatos que se adequarem terão acréscimos percentuais na pontuação final, em cada fase do concurso público. O conteúdo das provas e avaliação de desempenho permanecerão iguais para todos os candidatos.

A decisão tem como objetivo aumentar a representatividade desses segmentos no serviço público paulista, com base em estudos realizados pela Secretaria de Gestão Pública.

"Visa à promoção da igualdade de oportunidades e à democratização no mercado de trabalho para a população negra, parda e indígena", afirma o governo estadual, em nota. Segundo o texto, a composição dos "fatores de equiparação" será editada em 90 dias.

SP cria lei de igualdade racial para concursos públicos

SÍTIO PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 15.01.2015

Negros e indígenas terão sistema de pontuação diferenciada



Foto: A2 Fotografia / Edson Lopes Jr

Negros, pardos e indígenas terão acréscimo na pontuação em concursos públicos realizados pelo Estado de São Paulo. O governador Geraldo Alckmin sancionou nesta segunda-feira, 15, a lei que prevê esta diferenciação. O objetivo é reduzir a desigualdade racial nas esferas da administração pública estadual.

Estudos realizados pela Governo do Estado apontaram que há uma baixa representatividade de negros e indígenas quadros do serviço público paulista. "Esta pontuação acrescida ajuda, melhora as oportunidades de acesso", declarou o governador.

Os candidatos que se enquadrarem na lei participarão dos concursos públicos em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas e a avaliação de desempenho.

O sistema consiste na aplicação de fatores de equiparação, mediante acréscimos percentuais na pontuação final dos candidatos beneficiários, em cada fase do concurso público. A composição dos fatores de equiparação será editado no prazo de 90 dias.

Do Portal do Governo do Estado.



MPF ajuíza ações para que terras quilombolas sejam demarcadas

SÍTIO RONDÔNIA AGORA, 15.01.2015

O Ministério Público Federal (MPF) em Ji Paraná ajuizou duas ações civis públicas contra a União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a delimitação das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas de Forte Príncipe e Santa Fé, em Costa Marques (RO). O pedido do MPF é para que a Justiça Federal condene o Incra a concluir imediatamente o trabalho de titulação das terras ocupadas pelos quilombolas.

O MPF apurou que há conflitos entre a comunidade quilombola de Forte Príncipe e o Exército Brasileiro, especialmente porque o território tradicional da comunidade está atualmente afetado ao uso do Exército.

Em 2010, o Incra afirmou que realizaria a regularização do território, mas até agora não houve conclusão do procedimento administrativo para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras.

A associação da comunidade quilombola já relatou diversas vezes ao MPF divergências com o Exército e solicitou providências quanto à situação de grande preocupação.

Para o procurador da República Henrique Felber Heck, não se pode admitir a demora do INCRA em regularizar o território quilombola, bem como eventuais excessos por parte do Exército que dificultem o desenvolvimento dos hábitos culturais e sociais da comunidade.

Por conta disso, na ação, o MPF pede que o Incra seja obrigado a concluir a titulação das terras, no prazo de 120 dias, sob pena de multa diária de dez mil reais, além de requerer que o Exército não dificulte a execução de políticas públicas e prestação de serviços públicos em favor da comunidade. Caso deferido o pedido, a Justiça pode determinar multa de 50 mil reais ao Exército no caso de descumprimento.

Santa Fé

Em outra ação civil pública, o MPF processou o Incra para obrigá-lo a finalizar o procedimento de demarcação e titulação das terras da comunidade quilombola de Santa Fé, em Costa Marques.

Segundo o procurador da República Henrique Felber Heck, o procedimento se arrasta há anos. Em 2008, servidores fizeram estudos na área, mas apenas após receber uma recomendação do MPF, em dezembro de 2013, o Incra apresentou o relatório antropológico da comunidade, documento imprescindível à regularização fundiária da comunidade. Entretanto, ainda faltam outros documentos para a conclusão do processo.

“A demora na conclusão desse procedimento, além de causar danos e dificultar a efetivação de

CONT.



direitos sociais, agrava preocupantes conflitos existentes, pois a comunidade quilombola de Santa Fé sofre pressões de vizinhos e até mesmo de autoridades para que deixe o território que tradicionalmente ocupa”, ressalta o procurador.

Na ação, o MPF pediu que a Justiça Federal determinasse ao Incra a conclusão dos trabalhos necessários à demarcação e titulação das terras da comunidade quilombola de Santa Fé, no prazo de 60 dias, aplicando multa diária de dez mil reais em caso de descumprimento.

As ações podem ser consultadas no site da Justiça Federal pelos números 6050-05.2014.4014101 e 6049-20.2014.4014101.

Fonte: (www.prro.mpf.mp.br)

Fonte: MPF-RO

Autor: MPF-RO

Educação indígena é tema de reunião realizada na Secretaria de Estado de Educação
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.01.2015

Encontro com as lideranças indígenas foi realizado na última terça-feira



A secretária de Estado de Educação, Macaé Evaristo, recebeu na manhã da última terça-feira (13-01) lideranças de várias etnias indígenas de Minas Gerais. A reunião teve entre seus objetivos conhecer as demandas das comunidades, que trouxeram uma pauta para ser discutida durante o encontro.

“Foi uma reunião muito importante, eles solicitaram o fortalecimento das instâncias de participação, a ampliação dos processos de escuta das lideranças e professores indígenas para a construção da política de educação escolar indígena e fizeram uma solicitação imediata, que é a suspensão do edital do concurso para professores indígenas”, ressaltou Macaé Evaristo.

CONT.



Sobre a solicitação das lideranças, a secretária de Estado de Educação destacou que vai analisar a demanda. "Eles entendem que seria necessário criar antes do concurso a categoria escola indígena e também, acatando a convenção 169 da Organização Internacional do trabalho (OIT), acreditam que a escuta das comunidades indígenas deve preceder a criação do edital do concurso. Eles não são contra o concurso, mas querem que essa construção seja realizada com a participação das comunidades. Nós vamos submeter essa demanda a análise da nossa assessoria jurídica para posterior deliberação".

Durante a reunião, as lideranças entregaram à secretária um documento que é resultado de um seminário que contou com a participação de representantes de diferentes etnias do Estado, como explica o Cacique dos Xacriabá, Domingos Nunes de Oliveira. "Nós convidamos as outras etnias para participar e depois de muita discussão criamos esse documento que está sendo entregue à secretária. Entre os pontos está a suspensão do edital do concurso".

Já o Cacique Baiara da aldeia Geru Tucunã Pataxó, de Açucena, afirmou que "esse é um momento que as lideranças estão levando suas demandas para o governo e essa primeira reunião com a secretária é de grande importância principalmente devido ao seu conhecimento da cultura indígena".

O Cacique Kanatyo Pataxó, de Itapecerica, fez um balanço positivo da reunião. "Foi uma reunião muito produtiva. Nós colocamos nossa demanda e estamos muito esperançosos com o resultado", conclui.

Além das lideranças indígenas também participaram da reunião representantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e representantes da diretoria de Temáticas Especiais da Secretaria de Estado de Educação.

Educação indígena em Minas Gerais

Minas Gerais conta com oito etnias: Krenak, Pataxó, Xacriabá, Maxakali, Mokurim, Kaxixó, Xucuru-Kariri e Pankararu. Atualmente, existem 17 escolas indígenas que atendem cerca de 3.500 alunos.

O Concurso

Está aberto desde dezembro passado as inscrições para o concurso que vai selecionar 443 educadores para as escolas estaduais indígenas ou em turmas indígenas vinculadas às escolas não indígenas. As inscrições podem ser feitas até o dia 1º de fevereiro, no site do Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação (IBFC), responsável pela realização dos concursos públicos.

Os cargos são Assistente Técnico com Educação Básica, Professor de Educação Básica e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 7/ 2015

Brasília, 15 de janeiro de 2015.

Especialista em Educação Básica. Para ser professor, o candidato deve ser brasileiro, maior de 18 anos, pertencer à etnia da aldeia onde deverá exercer as suas atividades, comprovada mediante declaração de sua identidade étnica indígena além de estar apto física e mentalmente, ter qualificação exigida no edital indígena e gozar de todos os direitos políticos.

Foto: Reunião foi realizada na última terça-feira e contou com a participação das lideranças indígenas – Geanine Nogueira ACS/SEE

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



Carta Aberta do Povo Apinajé à sociedade
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.01.2015

Em conformidade com os encaminhamentos da reunião realizada no dia 28 de dezembro de 2014 na Escola Estadual Indígena Mătyk, na aldeia São José, para tratar da questão do desmatamento no entorno desta terra indígena, na ocasião elaboramos e divulgamos o documento: Manifesto do Povo Apinajé, contra o desmatamento do cerrado e o plantio de eucaliptos. Neste documento estabelecemos o prazo de 15 dias para que a FUNAI, IBAMA, MPF-AGA e o NATURATINS resolvessem o problema; anulando as licenças, e embargando de forma definitiva o desmatamento.

Comunicamos que; após 17 dias da divulgação do manifesto não tivemos nenhuma resposta por parte desses órgãos públicos. Entretanto neste período assistimos com indignação nosso patrimônio ambiental; local de coletas de frutas, remédios, caça e pesca, e nossas nascentes de águas serem destruídas pelos tratores, especialmente na localidade Góes localizada a menos de quinhentos (500) metros da aldeia São José, a principal aldeia Apinajé, distante 18 km de Tocantinópolis. Na reunião ocorrida nesta aldeia em 28/12/14, todos (caciques e lideranças) manifestamos total contrariedade e oposição a qualquer atividade de desmatamento, plantio de eucalipto e/ou carvoarias no entorno de nosso território, já demarcado, e na área reivindicada.

Nestes termos, viemos a público comunicar à sociedade civil, à imprensa, aos órgãos da administração pública municipal, Estadual e Federal (citados acima) diretamente envolvidos, e as demais autoridades de Tocantinópolis/TO e região, que a partir de hoje dia 15/01/15, estaremos manifestando e protestando de forma pacífica no local do desmatamento, e no trevo da BR 230 (antiga transamazônica) com a finalidade de chamar atenção dos órgãos públicos acima mencionados, responsáveis pelo acompanhamento da discussão do componente indígena, e dos Processos de Licenciamentos dos referidos empreendimentos na terra Apinajé.

Advertimos que se alguma violência: na forma de ameaças, agressão verbal, física, espancamento, prisão, morte, e qualquer tentativa de criminalizar e/ou cercear nosso direito de manifestar e protestar em defesa de nosso patrimônio, o Estado Brasileiro, as empresas e os órgãos públicos deve ser responsabilizados e culpados pelo que vier ocorrer. Alertamos que apesar da violência e da gravidade desses crimes ambientais, promovidos por empreendimentos extremamente contraditórios e conflitantes com os valores e a cultura de nosso povo, mesmo assim, contamos total morosidade e falta de interesses das autoridades, em ao menos tentar (dialogar) e resolver a questão.

Entendemos que os trâmites legais seguidos nos processos de licenciamentos de empreendimentos desse porte não estão sendo cumpridos e nem observados pelo Instituto

CONT.



Natureza do Tocantins-NATURATINS o “órgão licenciador” deste Estado; um órgão corrompido, viciado e inútil, cuja competência tem sido somente liberar licenças para empresas madeireiras, carvoeiras e plantadeiras de eucaliptos. Lamentavelmente, nunca vimos esse órgão ambiental do Estado do Tocantins, fiscalizar nada e/ou punir ninguém, a sua função tem sido mesmo só emitir licenças ambientais para desmatar o cerrado e florestas em favor de empresas forasteiras e depredadoras de nossa fauna, flora, e poluidoras das águas.

Alertamos também que as mencionadas áreas do entorno que estão sendo desmatadas de forma irregular são parte de nosso Território Tradicional que não foram incluídas na demarcação em 1985, e que agora estão sendo totalmente destruída para o plantio de eucaliptos, soja, carvoarias e/ou pastagens. Dessa forma cobramos da Fundação Nacional do Índio-FUNAI à revisão de limites e a imediata regularização fundiária dessa parte de nossa terra.

Diante dos fatos expostos, exigimos:

- a) Imediata presença das autoridades representantes do IBAMA, FUNAI, MPF-AGA e do NATURATINS principais órgãos responsáveis e envolvidas nos processos de licenciamentos de empreendimentos que estão ameaçando afetando a Terra Apinajé;
- b) A cassação e anulação das licenças ambientais que foram emitidas de forma irregular pelo NATURATINS em favor das empresas (e/de pessoas) para desmatar parte de nossa área reivindicada, e o embargo definitivo dessas atividades;
- c) Que o Instituto Natureza do Tocantins-NATURATINS seja desautorizado e impedido de emitir novas licenças ambientais para desmatar essas áreas próximas a nossa terra e aldeias;
- d) Pedimos urgência da Fundação Nacional do Índio-FUNAI/BSB e CRAT de Palmas, na reabertura e retomada do processo de demarcação e regularização fundiária da área Apinajé II, (Gameleira) que não foi incluída na demarcação ocorrida em 1985;
- e) Solicitamos urgência da Fundação Nacional do Índio-FUNAI/BSB e CRAT de PALMAS/TO, na efetivação das Ações Emergenciais de Fiscalização e Proteção Territorial da Terra Apinajé.

Terra Indígena Apinajé. 15/01/2015

Associação União das Aldeias Apinaje-PEMPXÀ

Santa Catarina: OAB vai ajudar a regularizar posse de terra de índios Guarani, em Palhoça

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 15.01.2015



A OAB Cidadã vai ajudar na regularização do terreno onde estão alojadas as 10 famílias da comunidade indígena Guarani Mbyá, na Praia de Fora, em Palhoça. O local, com escritura de posse, pertence à irmã do cacique do grupo - que deixou a área do Morro dos Cavalos, onde viviam, há cerca de dois anos.

O apoio legal à tribo foi definido em reunião realizada na manhã desta quarta-feira (14). Na ocasião, a OAB Cidadã decidiu dar início ao andamento da documentação necessária para a regularização fundiária do local, acionando sua rede de parceiros, que poderá ajudar nas etapas do processo de usucapião. Segundo a presidente da comissão, Anna Maria Ramella, isso irá garantir à tribo acesso a serviços básicos, como distribuição de água, energia elétrica e saneamento. "A legalização do terreno dará a eles a condição de cidadãos", diz a advogada.

A regularização do terreno também irá garantir aos índios a possibilidade de captação de recursos públicos para o financiamento de casas. Até lá, porém, devido à grande necessidade, eles estão na dependência de doações de pessoas físicas - em especial, roupas, alimentos e telhas, que estão sendo arrecadadas pela OAB desde o ano passado. As 33 pessoas que vivem na comunidade indígena têm carências de diversos tipos, como educação, moradia e saúde. O grupo divide quatro cabanas feitas de madeira e protegidas por folhas de bananeira - por isso o pedido por telhas.

Assessoria de Comunicação da OAB/SC.



Plano Estadual para o Bem Viver dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul
SÍTIO CEDEFES, 15.01.2015

Informativo de Aty Guasu, segue o documento de Conselhos dos povos indígenas do MS que foi lido e entregue ao governador de MS, Sr. Reinaldo Azambuja, observado pelos Procuradores da República do MPF/MS. Reunião ocorreu na governadoria em Campo Grande-MS, dia 08/01/2015. Conselho Aty Guasu Guarani Kaiowá Conselho do Povo Terena Conselho do Povo Kinikinau Kadiwéu – Guató – Atikun – Ofaié

Plano Estadual para o Bem Viver dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul

Resumo executivo: O estado de Mato Grosso do Sul concentra atualmente a segunda maior população indígena do Brasil, destacando-se os seguintes povos: Terena, Guarani Nandeva, Guarani Kaiowá, Kadiwéu, Kinikinau, Guató, Atikun e Ofaié. Nos tempos atuais, as comunidades indígenas sofrem com problemas sociais de várias ordens (educação, saúde, violência, fome, negação de direitos, preconceito, desassistência na produção, entre outras). Toda essa problemática está intimamente ligada à questão territorial, resultado de processos de perda da terra que se deu de maneira diferente com relação a cada povo. Neste sentido, apresenta-se o Plano Estadual para o Bem Viver dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul abordando-se as principais demandas levantadas durante as grandes assembleias indígenas (Aty Guasu e Ho'únevo Terenoê e Kinikinau) que são as instâncias legítimas de representação das comunidades indígenas. Defende-se que somente a partir dos territórios tradicionais os povos indígenas poderão ser protagonistas de suas próprias tomadas de decisão, gerindo seus territórios e garantindo-se o "Bem Viver".

Eixos:

- Território e Meio Ambiente
- Produção, Sustentabilidade e habitação
- Saúde indígena
- Educação específica, diferenciada, intercultural e bilíngüe
- Segurança para as comunidades e lideranças indígenas
- Combate ao racismo e preconceito com promoção étnico/cultural

Campo Grande – MS

2015

1 – Apresentação

O Estado de Mato Grosso do Sul possui conosco uma dívida histórica, como povos originários que habitam secularmente estas terras. Esta dívida, de âmbito territorial, ambiental, econômica, social e cultural precisa ser reconhecida e reparada sob o desejo de reescrever uma nova história, que promova a não repetição de atitudes políticas genocidas que violaram e

CONT.



violam nossos povos, em seus princípios mais vitais.

O presente plano tem por objetivo expor ao governo do estado de Mato Grosso do Sul as principais demandas pertinentes as comunidades indígenas deste estado, consignando desde já, que estas foram levantadas por nossas lideranças tradicionais, durante nossas grandes assembleias indígenas que são realizadas periodicamente.

Questão relevante intitula o presente plano, qual seja, “Bem Viver” para os povos indígenas. Isto porque o estado de Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população indígena do Brasil e 09 povos distintos revelando desafio para o poder público em lidar com a diversidade, visto que cada um desses povos possui sua organização social própria, língua, crença, costume, processo de ensino e aprendizagem e maneira própria de ver e entender o mundo ao seu redor.

Deixar claro aos governos das esferas Federal, Estadual e Municipal que a luta pela homologação de nossas terras tradicionais é um direito que foi conquistado e garantido na Constituição Federal de 1988 e tratados internacionais o qual o Brasil é signatário, tais como a Convenção 169 da Organização Internacional de Trabalho (OIT), a Declaração da Organização das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas. Leis nacionais sobre a educação diferenciada LDB decreto n 6.861, de 27 de maio de 2009, onde dispõe sobre a educação indígenas, define sua organização em território Etno-educacionais e das outras resolução aprovado onde afirma o direito de ter educação diferenciado intercultural e bilíngues, que essa luta será mantido agora e sempre pela nossa liderança e representante cacique e rezadores.

A diversidade de nossos povos, suas formas econômicas, relação com o trabalho, concepção de uso da terra não devem ser vista como empecilho e/ou estorvo ao dito “progresso” ou “desenvolvimento”, pelo contrário, cada comunidade indígena possui suas potencialidades próprias que se irradia de seu local e com o devido apoio governamental, tais potencialidades devem “desabrochar” para juntos promover o bem viver.

O “Bem Viver” para os povos indígenas significa proporcionar às comunidades a dignidade de vida, não a partir da ótica do não-índio, mas a partir das demandas e cosmovisão dos povos indígenas que tem como base o território tradicional.

2 – Eixos

2.1 Território e Meio Ambiente

Atuação do governo estadual em parceria com o governo federal no sentido de concluir a demarcação das terras indígenas em Mato Grosso do Sul;

A efetiva colaboração do governo estadual no âmbito da mesa de diálogo instalado pelo Ministério da Justiça, atuando para que os fazendeiros aceitem os acordos propostos de indenização.

CONT.



A retirada imediata do Estado de Mato Grosso do Sul dos processos judiciais em trâmite que versam sobre demarcação e posse de terras indígenas;

Empenho do governo estadual para angariar recursos para a efetivação do Fundo Estadual de Aquisição de Terra Indígena – FEPATI;

Fortalecer a fiscalização ambiental nas terras indígenas, combatendo especialmente a exploração de madeira, desmatamento, queimadas, caça e pesca ilegal e arrendamento em áreas indígenas;

Diante da degradação ambiental promovida pela exploração exaustiva das terras pela pecuária e monocultura. Que o Estado desenvolva projetos de recuperação ambiental das terras indígenas, recuperando as matas nativas, já que estas são essenciais para a manutenção de nossos costumes e modo de vida.

2.2 Produção, Sustentabilidade e habitação

As políticas públicas desenvolvidas nesta área precisam respeitar o modo de vida e concepção de trabalho de cada povo. Assim que todo e qualquer apoio a produção nas comunidades indígenas precisam respeitar as especificidades culturais de cada povo, na:

- Implementação de linha de crédito específica para o produtor indígena;
 - no implemento de programa de acompanhamento técnico para o produtor indígena;
- Apoio incondicional à produção nas áreas que estão na posse da comunidade indígena por força de decisão judicial;
- Garantir a aplicação do ICMS Ecológico nas comunidades indígenas;
- Garantir recurso para construção e ampliação de casas populares com projeto arquitetônico de respeito as características culturais de cada etnia do estado e com meios alternativos.

2.3. Saúde indígena

Programas específicos de atendimento a família indígena;

Parceria entre o governo estadual e a Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI;

Viabilizar a implantação de serviços de saúde adequados as comunidades indígenas;

Proporcionar aos povos indígenas os meios que lhes permitam organizar e prestar serviços sob a sua própria responsabilidade e controle;

Promover os serviços de saúde em nível comunitário que deverão ser planejados e administrados em cooperação com os povos indígenas, levando-se em conta suas condições econômicas, geográficas, sociais e culturais, bem como os seus métodos de prevenção, práticas curativas e medicamentos tradicionais;

Estabelecer sistema de assistência sanitária dando preferência à formação e ao emprego de pessoal sanitário da comunidade local e se centrar no atendimento primário à saúde, mantendo ao mesmo tempo estreitos vínculos com os demais níveis de assistência sanitária.

CONT.



2.4. Educação específica, diferenciada, intercultural e bilíngue

Concurso estadual específico para professores indígenas, especialistas indígenas, merendeira e serviços gerais;
Direção escolar e coordenação pedagógica ocupado por professor indígena oriundo da própria comunidade indígena;
Cumprimento da legislação referente à educação escolar indígena;
Garantia de 01 (uma) vaga no Conselho Estadual de Educação para professor indígena como titular, com direito a voz e voto, escolhido pelas lideranças indígenas com o consentimento do movimento dos professores indígenas;
Coordenação Bilíngue nas escolas localizadas nas comunidades indígenas;
Aprovação pelo Conselho Estadual de Educação das Diretrizes Curriculares para as Escolas Indígenas;
Criação da Categoria do professor indígena no âmbito Estadual;
Adotação de material didático específico elaborado por professores indígenas para as escolas indígenas;
Que o Centro de Formação, os Programas Ava Verá e Povos do Pantanal continue, mas que suas equipes de coordenação e diretoria sejam indígenas. E suas vagas ampliadas.
A implantação de cursos de licenciaturas e bacharelados voltados para a formação de profissionais indígenas nas áreas da saúde, educação e agronomia, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS;
Reajuste da bolsa universitária indígena.

2.5. Segurança para as comunidades e lideranças indígenas

Como cidadãos deste Estado, temos o direito à Segurança Pública. A Constituição Federal exige que esta Segurança respeite nossos modos e costumes. Já existe decisão judicial que obriga o Estado de Mato Grosso do Sul a disponibilizar policiamento para as aldeias indígenas. Queremos o cumprimento desta decisão condicionada ao respeito a nossa autonomia e a capacitação específica dos policiais, para fins de entendimento cultural e desmilitarização das ações que forem requisitadas.
Priorizar a segurança das comunidades indígenas (aldeias e acampamentos) na área de fronteira;
Instalação de um Comitê Estadual de Segurança nas Aldeias para discutir segurança nas comunidades num plano abrangente, traçando estratégias de enfrentamento a violência;
Implantação de programas específicos de enfrentamento a violência contra a mulher indígena;

2.6. Combate ao racismo e preconceito com promoção étnico/cultural

Os últimos 8 anos de governo entrou para a história como o mais racista, truculento e preconceituoso. O resultado foi o aumento da violência institucional, física e cultural contra nossas comunidades.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 7/ 2015

Brasília, 15 de janeiro de 2015.

Racismo e preconceito se combate com educação, mudança de comportamento, punição dos criminosos e promoção social das vítimas. Por isso queremos:

Desenvolvimento de políticas públicas e de segurança que combata energeticamente o racismo e o preconceito.

Incluir no currículo escolar conteúdos que tratem especificamente deste tema. Promovendo a diversidade étnica de nossos povos.

Realizar campanhas publicitárias nos meios de comunicação de promoção de nossos costumes, cosmologia, compreensão do uso da Terra, visão de mundo e concepção de desenvolvimento.

Campo Grande, 08 de janeiro de 2015.

Conselho do Aty Guasu Guarani Kaiowá

Conselho do Povo Terena

Conselho do Povo Kinikinau

Povos Kadiweu - Guató – Atikun – Ofaié

Fonte: Aty Guasu

Governo federal inicia compra de sementes de agricultores familiares

SÍTIO DOURADOS AGORA, 15.01.2015



Foto: Albino Oliveira/MDA

Agricultores familiares de todo o país que produzem sementes convencionais ou crioulas podem, a partir deste mês, vender sua produção para o Governo Federal por meio da modalidade Aquisição de Sementes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), responsável pela operação da nova modalidade, publicou as regras e modelos de documentos necessários para as organizações que desejam fornecer ou receber sementes.

A aquisição de sementes já ocorria antes, dentro de outras modalidades do programa. Com a nova modalidade, a compra e a distribuição de sementes pelo PAA passam a ter regras e limites financeiros próprios, além de orientar os processos a partir das demandas das organizações que recebem as sementes e não daquelas que produzem, como ocorria antes.

Funcionamento

As sementes adquiridas pelo governo serão doadas a famílias que tenham Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP Física), com prioridade para aquelas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), mulheres, assentados, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.

As associações e cooperativas representantes dessas famílias deverão apresentar suas demandas a um dos órgãos definidos no decreto de criação do PAA Sementes: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Cultural Palmares (FCP), Instituto Chico Mendes (ICMBIO), além das Secretarias Estaduais de Agricultura ou empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 7/ 2015

Brasília, 15 de janeiro de 2015.

Esses órgãos serão responsáveis pela elaboração de um Plano de Distribuição, que será enviado à Conab e servirá de referência para a aquisição das sementes. Cabe a eles também receber e distribuir as sementes adquiridas.

Os processos de aquisição pela Conab poderão ser feitos diretamente com as organizações de produtores – até R\$ 500 mil – ou por meio de chamada pública – para contratos a partir de R\$ 500 mil. Cada organização poderá fornecer até R\$ 6 milhões por ano ao PAA Sementes, sendo que o limite por agricultor será de R\$ 16 mil anuais.

As regras e formulários da modalidade Aquisição de Sementes estão no Manual de Operações da Conab, título 86. (mds.gov.br)

Boletim Mundo: Apinajé bloqueiam rodovia no TO pelo fim do desmatamento em área reivindicada como indígena

SÍTIO CIMI, 15.01.2015

Fonte da notícia: Por Carolina Fasolo, Assessoria de Comunicação – Cimi



Cerca de 100 indígenas do povo Apinajé, estado do Tocantins, bloqueiam trecho da rodovia TO 210 desde a manhã desta quinta-feira (15) para chamar a atenção dos órgãos públicos ao desmatamento no entorno da Terra Indígena (TI) Apinajé, que acontece desde 2005 com a conivência do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins). O território, demarcado com 142 mil hectares, fica próximo aos municípios de Tocantinópolis, Maurilândia, São Bento do Tocantins e Cachoeirinha.

A área, com aproximadamente 500 hectares, é reivindicada pelos indígenas desde 1980 como parte da TI, tendo a Fundação Nacional do Índio (Funai), anos depois, montado um Grupo Técnico para revisar os limites do território. Mesmo com a reivindicação, o Naturatins, sem informar e consultar as organizações indígenas, e sem comunicação alguma com os órgãos da Administração Pública Federal, emitiu licenças ambientais para desmatamento no entorno da terra indígena Apinajé, para projetos de eucalipto e soja.

Devido à proximidade da área com as aldeias - uma das operações está localizada a menos de 500 metros de São José, principal aldeia Apinajé -, há o risco de assoreamento e poluição dos mananciais de água, pelo uso de agrotóxicos. Os indígenas estimam que podem ser afetadas diretamente as aldeias Prata, Cocal Grande, Baixa Funda, São José, Areia Branca, Furna Negra, Bacabinha, Bacaba, Boi Morto, Brejinho, Patizal e Palmeiras.

“Avançam sobre as matas ciliares e nascentes que correm para dentro da nossa terra, vamos perder o pouco de vida que temos. Foi em 2005 as empresas começaram a chegar. No ano de 2011 duas carvoarias muito grandes foram instaladas no local. Desmatavam para plantar eucalipto e a madeira retirada era usada na carvoaria. E tudo funcionava bem do lado do nosso território, então os conflitos aumentaram muito na comunidade, que ficou completamente desestruturada”, conta a liderança Antonio Apinajé.

Na época das operações das carvoarias, que tinham licença concedida pelo Naturatins, o

CONT.



Ministério Público Federal (MPF), fundamentado pela ilegalidade das atividades, obteve em 2012 o embargo do empreendimento. “Depois de muito desmatamento”, lembra Antonio.

Desde então, o povo Apinajé tem se articulado para que os órgãos competentes não permitam outras operações na área, no entanto, em setembro de 2014, uma nova licença foi concedida. Os indígenas não têm muita clareza sobre o tipo de empreendimento, mas já notaram grande extensão de desmatamento, situação alarmante, segundo Antonio Apinajé. “Parece que a licença é para a criação de gado, mas limpavam tudo, não deixaram nenhuma árvore de pé... Parece que vai ser plantação de eucalipto. Também temos medo que as carvoarias voltem, porque junto vem a desestruturação das comunidades e do nosso modo de vida, jovens saindo das aldeias pra trabalhar em regime de escravidão...”.

Na rodovia, os indígenas aguardam a presença da procuradora da República em Araguaína, Ludmilla Vieira de Souza Mota, para diálogo sobre soluções possíveis. Em carta divulgada hoje (15) pela Associação União das Aldeias Apinajé (PEMPXÀ), o povo ressalta cinco exigências para o desbloqueio da TO 210, entre elas “A cassação e anulação das licenças ambientais que foram emitidas de forma irregular pelo Naturatins em favor das empresas (e/de pessoas) para desmatar parte de nossa área reivindicada, e o embargo definitivo dessas atividades”.

A liderança Antonio Apinajé conta que o povo está disposto a ocupar a área desmatada caso não haja nenhum posicionamento dos órgãos públicos. Leia a seguir a carta elaborada pela Associação PEMPXÀ:

Carta aberta do povo Apinajé à sociedade

Em conformidade com os encaminhamentos da reunião realizada no dia 28 de dezembro de 2014 na Escola Estadual Indígena Mätyk, na aldeia São José, para tratar da questão do desmatamento no entorno desta terra indígena, na ocasião elaboramos e divulgamos o documento: Manifesto do Povo Apinajé, Contra o Desmatamento do Cerrado e o Plantio de Eucaliptos, neste documento estabelecemos o prazo de 15 dias para que a FUNAI, IBAMA, MPF-AGA e o NATURATINS resolvessem o problema; anulando as licenças, e embargando de forma definitiva o desmatamento.

Comunicamos que; após 17 dias da divulgação do manifesto não tivemos nenhuma resposta por parte desses órgãos públicos. Entretanto neste período assistimos com indignação nosso patrimônio ambiental; local de coletas de frutas, remédios, caça e pesca, e nossas nascentes de águas serem destruídas pelos tratores, especialmente na localidade Góes localizada a menos de quinhentos (500) metros da aldeia São José, a principal aldeia Apinajé, distante 18 km de Tocantinópolis. Na reunião ocorrida nesta aldeia em 28/12/14, todos (caciques e lideranças) manifestamos total contrariedade e oposição a qualquer atividade de desmatamento, plantio de eucalipto e/ou carvoarias no entorno de nosso território, já demarcado, e na área reivindicada.

CONT.



Nestes termos, viemos a público comunicar à sociedade civil, à imprensa, aos órgãos da administração pública municipal, Estadual e Federal (citados acima) diretamente envolvidos, e as demais autoridades de Tocantinópolis/TO e região, que a partir de hoje dia 15/01/15, estaremos manifestando e protestando de forma pacífica no local do desmatamento, e no trevo da BR 230 (antiga transamazônica) com a finalidade de chamar atenção dos órgãos públicos acima mencionados, responsáveis pelo acompanhamento da discussão do componente indígena, e dos Processos de Licenciamentos dos referidos empreendimentos na terra Apinajé.

Advertimos que se alguma violência: na forma de ameaças, agressão verbal, física, espancamento, prisão, morte, e qualquer tentativa de criminalizar e/ou cercear nosso direito de manifestar e protestar em defesa de nosso patrimônio, o Estado Brasileiro, as empresas e os órgãos públicos deve ser responsabilizados e culpados pelo que vier ocorrer. Alertamos que apesar da violência e da gravidade desses crimes ambientais, promovidos por empreendimentos extremamente contraditórios e conflitantes com os valores e a cultura de nosso povo, mesmo assim, contamos total morosidade e falta de interesses das autoridades, em ao menos tentar (dialogar) e resolver a questão.

Entendemos que os trâmites legais seguidos nos processos de licenciamentos de empreendimentos desse porte não estão sendo cumpridos e nem observados pelo Instituto Natureza do Tocantins-NATURATINS o "órgão licenciador" deste Estado; um órgão corrompido, viciado e inútil, cuja competência tem sido somente liberar licenças para empresas madeireiras, carvoeiras e plantadeiras de eucaliptos. Lamentavelmente, nunca vimos esse órgão ambiental do Estado do Tocantins, fiscalizar nada e/ou punir ninguém, a sua função tem sido mesmo só emitir licenças ambientais para desmatar o cerrado e florestas em favor de empresas forasteiras e depredadoras de nossa fauna, flora, e poluidoras das águas.

Alertamos também que as mencionadas áreas do entorno que estão sendo desmatadas de forma irregular, são parte de nosso Território Tradicional que não foram incluídas na demarcação em 1985, e que agora estão sendo totalmente destruída para o plantio de eucaliptos, soja, carvoarias e/ou pastagens. Dessa forma cobramos da Fundação Nacional do Índio-FUNAI à revisão de limites e a imediata regularização fundiária dessa parte de nossa terra.

Diante dos fatos expostos, exigimos:

a) Imediata presença das autoridades representantes do IBAMA, FUNAI, MPF-AGA e do NATURATINS principais órgãos responsáveis e envolvidas nos processos de licenciamentos de empreendimentos que estão ameaçando afetando a Terra Apinajé;

b) A cassação e anulação das licenças ambientais que foram emitidas de forma irregular pelo NATURATINS em favor das empresas (e/de pessoas) para desmatar parte de nossa área reivindicada, e o embargo definitivo dessas atividades;

c) Que o Instituto Natureza do Tocantins-NATURATINS seja desautorizado e impedido de

CONT.



emitir novas licenças ambientais para desmatar essas áreas próximas a nossa terra e aldeias;

d) Pedimos urgência da Fundação Nacional do Índio-FUNAI/BSB e CRAT de Palmas, na reabertura e retomada do processo de demarcação e regularização fundiária da área Apinajé II, (Gameleira) que não foi incluída na demarcação ocorrida em 1985;

e) Solicitamos urgência da Fundação Nacional do Índio-FUNAI/BSB e CRAT de PALMAS/TO, na efetivação das Ações Emergenciais de Fiscalização e Proteção Territorial da Terra Apinajé.

Terra Indígena Apinajé. 15/01/2015

Associação União das Aldeias Apinajé – PEMPXÀ



Empresa recorre após condenação por danos a pescadores de Guarani

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 15.01.2015

Por danos causados por barragens, empresa deve pagar R\$ 44 mil.
Decisão foi mantida em julgamento em 2ª instância; Empresa já recorreu.

Do G1 Zona da Mata

Dois pescadores da cidade de Guarani, na Zona da Mata, devem ser indenizados em R\$ 44 mil pela Brascan Energética Ltda, conforme divulgou o site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) nesta quarta-feira (14). O motivo foi os danos causados ao trabalho deles pela construção e operação de barragens para geração de energia elétrica por uma empresa no Rio Pomba.

A decisão foi tomada em julgamento realizado em 4 de dezembro de 2014 na 16ª Câmara Cível em Belo Horizonte e cabe recurso em 3ª instância, em Brasília. Em contato com a empresa, a assessoria informou ao G1 que a empresa foi notificada a respeito e recorreu da decisão.

O julgamento em Belo Horizonte confirmou a sentença de 1ª instância, de dezembro de 2013, que condenou a empresa a pagar, para cada pescador, R\$ 20 mil de indenização de danos morais e R\$ 24 mil a títulos de lucros cessantes, "relativos a danos materiais efetivos sofridos por alguém, em função de culpa, omissão, negligência, dolo, imperícia de outrem", diz o texto divulgado pelo TJMG. O relator, desembargador Otávio de Abreu Portes, indeferiu o recurso e os demais desembargadores participantes do julgamento Wagner Wilson Ferreira e Aparecida Grossi, seguiram a opinião do relator.

De acordo com as informações da assessoria do TJMG, a empresa de energia alegou que não praticou qualquer ato ilícito, pois as hidrelétricas construídas por ela no rio Pomba operam de modo plenamente regular, detendo as chancelas dos setores ambientais responsáveis pela fiscalização da regularidade dos empreendimentos e rebateu a informação de que não há ligação entre a suposta redução de peixes do rio e as operações a ela vinculadas.

No entanto, o relator do recurso, desembargador Otávio de Abreu Portes, ressaltou que o fato de possuir as chancelas dos órgãos estatais para exercer atividade empresarial não isenta a empresa do ato ilícito porque nos termos do art. 186 do Código Civil, "aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral", segundo consta no acórdão do julgamento. Desta forma, o desembargador considerou que, em razão da responsabilidade civil objetiva que lhe é atribuída, a empresa responde pelos danos que causar a terceiros em sua atividade, bastando para tanto a prova do dano e do nexo de causalidade entre ele e a sua conduta ou sua omissão.

CONT.



Quanto aos danos materiais sofridos pelos pescadores, o relator afirmou que há nos autos provas de que houve prejuízo na atividade de pesca causado pela construção das barragens da empresa sem os degraus que possibilitariam a piracema, movimento de migração dos peixes para desovar nas áreas de cabeceira dos rios. Segundo informações mencionadas pelo relator, há depoimentos em outros processos de que a obra não foi feita pela empresa. "Ora, se não há piracema por ausência de construção de degraus nas usinas hidrelétricas da empresa, há evidente prejuízo às espécies de peixes da região, e, conseqüentemente, danos materiais e morais aos pescadores profissionais que sobrevivem da atividade pesqueira na região das barragens do rio Pomba", destacou.

No recurso, a empresa solicitou a redução das indenizações, o que também foi indeferido pelo relator, que votou pela manutenção da decisão tomada em 1ª instância. O desembargador Otávio de Abreu Portes considerou "justo e razoável" o valor determinado pelo juiz com base no faturamento médio mensal de outros pescadores semelhantes "pelos 20 meses que se passaram entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença, descontada a renda que os requerentes continuaram a auferir nesse período", afirmou o relator.

Município não é obrigado a usar verba destinada à saúde indígena

SÍTIO CONSULTOR JURÍDICO, 15.01.2015

Se o município oferece assistência à saúde para todos os seus moradores, indistintamente, não tem por que ser compelido a usar verba especificamente para atender a saúde dos indígenas. A avaliação é do juiz-substituto Rafael Castegnaro Trevisan, da 1ª Vara Federal de Passo Fundo (RS), que negou pedido para obrigar o município de Mato Castelhano a aplicar R\$ 4 mil, repassados pelo estado gaúcho, na melhoria da saúde dos índios caingangues. A sentença foi publicada nesta terça-feira (13/1).



Na Ação Civil Pública, o Ministério Público Federal disse que a verba estadual foi encaminhada em 2013, com destinação específica, e que o ente municipal se omitiu, afrontando a lei ao não utilizá-la como previsto. Em caráter liminar, pediu que o juízo da vara compelissem a cidade a elaborar um plano de aplicação do montante, com execução imediata.

O governo municipal contestou, sustentando a inexistência de demarcação das terras ocupadas pela comunidade caingangue e a ausência de registros cadastrais das famílias acampadas irregularmente no acostamento da BR-285. Afirmou que não compete ao estado determinar o que o município deve ou não fazer em termos de políticas públicas. Referiu, ainda, que o atendimento na área da saúde está sendo prestado a todos.

Em junho passado, após uma tentativa de conciliação que não resultou em acordo, o juiz-substituto indeferiu a antecipação de tutela, considerando que não havia evidências de que o grupo de índios estivesse desassistido pela gestão municipal. Após a instrução processual, ele manteve seu entendimento.

CONT.



“De todo o exposto, constata-se que a realidade fática, no presente caso, evidencia que ocorre, efetivamente, no município, a prestação dos serviços relacionados à saúde de todos os munícipes, bem como da comunidade indígena, indistintamente. Dessa forma, ao que parece, os indígenas estão recebendo assistência à saúde da mesma forma que as demais pessoas residentes no município”, explicou. “Restou claro, ainda, que, pelo fato de o município não ter solicitado os recursos, não se encontra habilitado a receber tais verbas, na medida em que, segundo deliberação do Conselho Municipal de Saúde, este optou por vedar o acesso do município à verba pública”, disse.

Trevisan lembrou, ainda, que deferimento das medidas requeridas poderia servir de agravante para os históricos conflitos possessórios no local, gerando problemas de ordem pública ainda maiores. Cabe recurso da decisão ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Com informações da Assessoria de Imprensa da Justiça Federal do RS.



Ministério da Saúde lança novo edital para o programa Mais Médicos

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 15.01.2015

Lucas Salomão
Do G1, em Brasília

O Ministério da Saúde lançou nesta quinta-feira (15) um novo edital do programa Mais Médicos a fim de expandir o atendimento nas unidades básicas de saúde para 424 municípios que ainda não aderiram ao programa do governo federal.

Com isso, caso todos essas prefeituras decidam participar do Mais Médicos, o número de cidades atendidas pelo programa chegará a 4.209 dos 5.570 municípios brasileiros. A expectativa da pasta é, também, expandir o atendimento em outras 1.076 cidades que já aderiram ao programa.

Segundo o ministro da Saúde, Arthur Chioro, ainda não é possível afirmar quantas novas vagas serão criadas com o novo edital e qual o custo para o governo federal porque antes é preciso que os municípios manifestem o interesse de aderir ao programa.

"Só poderemos dizer quantas vagas nós temos à medida em que os municípios confirmem a adesão ao programa. [...] A dimensão de custos nós só apresentaremos no começo de fevereiro, porque, sem o número de vagas, não dá para estimar qual será o investimento", disse Chioro.

Atualmente, 14.462 médicos atendem no programa em 3.785 municípios e em **34 distritos indígenas** – destes, 1.846 são brasileiros formados no país; 1.187 formados no exterior, entre estrangeiros e brasileiros; e 11.429 são médicos cubanos.

Segundo as regras do novo edital, os municípios que podem ser contemplados terão entre os dias 16 e 29 deste mês para confirmar a participação na nova fase do programa. No mesmo período, serão realizadas as inscrições dos médicos brasileiros interessados em aderir ao programa.

Já os médicos formados no exterior, brasileiros ou não, poderão fazer as inscrições entre os dias 10 e 20 de abril. Caso o total de vagas oferecidas seja maior do que o número de inscritos, o governo, então, fará a convocação de médicos cubanos, assim como nas primeiras fases do programa.

Provab

Na semana passada, o Ministério havia anunciado que os médicos participantes do Programa

CONT.



de Valorização dos Profissionais na Atenção Básica (Provab) poderiam optar por participar do Mais Médicos.

Fundado em 2012, o Provab tem o objetivo de incentivar médicos a atuar na atenção básica de regiões carentes mediante a concessão de bônus de 10% na pontuação das provas de residência médica.

Os participantes do Provab recebem uma especialização em Saúde da Família em um período de 12 meses. Caso sejam aprovados, recebem um adicional de 10% na pontuação das provas de residência. Agora, caso desejem, poderão optar por permanecer nos mesmos municípios por até mais dois anos. Segundo o ministério, esta é uma estratégia adotada pela pasta para facilitar a fixação de médicos nas cidades.

"Agora, no mínimo as 2.920 vagas que já são ofertadas ao Provab [serão disponibilizadas para o Mais Médicos]. Naturalmente, poderá ser um número maior que nós só saberemos após o fim das inscrições dos municípios", explicou Chioro.



Campanha mobiliza indígenas de Roraima contra o consumo de álcool

SÍTIO PORTAL EBC, 15.01.2015

Michelle Moreira

Os problemas causados pelo consumo de bebida alcoólica nas comunidades indígenas em Roraima são preocupantes e chamam a atenção dos órgãos públicos.

Nesta sexta-feira, o Ministério Público Federal no estado realiza ação de conscientização na comunidade indígena Três Corações, localizada no município de Amajari.

A mobilização será no centro e começa a partir de uma e meia e se estende até às seis da tarde. Na mobilização estão previstas palestras e aconselhamento psicológico.

O procurador da República Gustavo Alcântara relata que a ação do Ministério Público se deve as reclamações recorrentes dos indígenas sobre a entrada do álcool nas comunidades.

SONORA

O procurador ressalta ainda que não existe crime se o índio for ao mercado e comprar a bebida alcoólica. Mas se for constatado que o comerciante desrespeita a vontade dos indígenas e realiza a venda do produto, pode ser constatada, desta forma, a ilegalidade.

A situação pode se agravar se o estabelecimento estiver fixado de forma ilegal dentro de terras indígenas. A punição é o fechamento do local.

Apesar de os moradores já serem atendidos pelo Sistema Público de Saúde no enfrentamento da doença, novas ações permanentes serão sugeridas a partir do diagnóstico da situação após a mobilização.

O objetivo dos órgãos envolvidos é estender ações similares a esta para todo o estado. A ideia é estabelecer um calendário anual para trabalhar o tema junto aos povos indígenas.

A Funai e o Dsei-Leste, o Distrito Sanitário Especial Indígena também vão participar da mobilização na comunidade indígena Três corações. A reportagem não conseguiu contato com a Fundação e com o Dsei.

Dados do IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mostram que a população indígena do País é de mais de 817 mil indivíduos. Destes, quase 56 mil residem em Roraima. Proporcionalmente, o estado é o que possui o maior número de índios do país.

[Ouça o áudio.](#)